

IV Congresso Nacional de Pesquisa Jurídica

Sustentabilidade, Desenvolvimento e Democracia

16 a 20 de Setembro 2024



ATENDIMENTO EDUCACIONAL: NEUROCIÊNCIA

Autor(es)

Luciana Calado Pena
Lais Lucilia Magalhães De Souza
Renato Horta Rezende
Gil César De Carvalho Lemos Morato
Ivone Alves De Sousa Santos
Marcos Paulo Andrade Bianchini

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

A sociedade é de fato a propulsora da inclusão do público que tenha alguma necessidade especial, visando sempre o bom senso. Ainda é preciso entender que todos os seres humanos têm o seu papel na mesma, em outras palavras, é o homem que constrói a sociedade, diante das mediações e intervenções que a mesma oferece. Portanto, a sociedade é para todos. O respeito deve sempre prevalecer, a qualquer custo, pois a sociedade forma seres individuais, de potencialidades, habilidades e capacidades diferentes uns dos outros, sendo assim cada ser humano é único. A declaração da Salamanca veio para validar e até mesmo cobrar as providências quanto ao direito das pessoas que necessitam da Educação Especial para uma inclusão efetiva. Outro fator importante no desafio da inclusão é a lei da Declaração de Salamanca (1994, p. 18), que se refere temática como “a expressão necessidades educativas especiais referindo-se a todas as crianças e jovens cujas necessidades decorrem de suas capacidades.

Objetivo

O objetivo dessa Atual temática sobre a Educação Inclusiva é muito discutido entre uma sociedade que até então não tinha consciência dessa necessidade. E acima de tudo é levar a sociedade a uma reflexão sobre as mudanças necessárias a sociedade onde a democracia prevalece pensando no coletivo dos seres humanos.

Material e Métodos

Neste resumo expandido, a metodologia adotada foi o método exploratório, complementado por uma pesquisa bibliográfica. O método exploratório permite uma análise preliminar do tema, buscando identificar questões relevantes e gaps na literatura existente. A pesquisa bibliográfica, por sua vez, fundamenta-se na revisão de obras acadêmicas, artigos e documentos legais, proporcionando uma base teórica sólida para a discussão. Essa combinação metodológica possibilita uma compreensão mais aprofundada do objeto de estudo.

Resultados e Discussão

Anais do IV Congresso Nacional de Pesquisa Jurídica. Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 2024. Anais [...].

Londrina Editora Científica, 2024. ISBN: 978-65-01-19305-2

IV Congresso Nacional de Pesquisa Jurídica

Sustentabilidade, Desenvolvimento e Democracia

16 a 20 de Setembro 2024



Ao se pesquisar um tema de suma importância se percebe que mesmo ainda tendo algumas mudanças e conquistas a serem de fato consumadas, é de fato perceptível a evolução acontecida no decorrer dos tempos até os dias de hoje. É diante dessa evolução que o cidadão que possui alguma necessidade especial, teve e têm a possibilidade de se inserir em uma sociedade até então injusta com eles. Dentro da modalidade da Educação Especial e Inclusiva é fato a disponibilidade

de se trabalhar a diversidade, para que assim haja socialização de igualdade e equidade, assim os envolvidos no contexto terão a consciência de que todos, sem exceção, têm potencial e habilidades, consequentemente diferente uns dos outros, visto o ser humano ser único.

Conclusão

Cabe aos governantes, a família, e consequentemente a sociedade a responsabilidade de buscar sempre a aprimoração de estratégias para que o cidadão que possui necessidades especiais, realmente possa ser inserido na sociedade, como pertencente e construtor de seus conhecimentos prévios. Ao governo fica o encargo de promulgar leis como ECA, potencializar o trabalho do Conselho Tutelar, expedir resoluções que assegurem os direitos de cada cidadão, e cobrar a esfera Federal, Estadual e Municipal.

Referências

BEAR, Mark F.; CONNORS, Barry W.; PARADISO, Michael A. Neurociências:desvendando o sistema nervoso. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002. CONSENZA, R. M.; GERRA, L. B. (2010) Neurociência e Educação. Como o cérebro aprende. Porto Alegre; Artm ed Ed. UNESCO. Declaração de Salamanca e Enquadramento de Ação. Salamanca: ONU, 1994. m: